



A Facilitação de Aprendizagem como ferramenta de acessibilidade no contexto do ensino superior: ações desenvolvidas e resultados

The facilitating teaching and learning as an accessibility tool in the context of higher education: developments and results.

Mylena Pacheco Santolin de Oliveira¹

Luiza Teles Mascarenhas²

Resumo

A Facilitação de Aprendizagem é uma prática que visa a eliminação parcial ou total de barreiras de acessibilidade que são enfrentadas pelos discentes com deficiência no ensino superior e que prejudicam sua aprendizagem e o pleno desenvolvimento de suas capacidades e habilidades na universidade. No presente trabalho, pretende-se relatar as estratégias utilizadas por uma facilitadora de aprendizagem, discente voluntária do projeto de extensão "Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem", visando a acessibilidade de uma discente com deficiência visual da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ademais, pretende-se destacar os principais resultados obtidos através das ações desenvolvidas entre a discente e a facilitadora de aprendizagem durante o ano letivo de 2021. Trata-se de um relato de experiência em que as atividades foram realizadas remotamente. São, portanto, ações que visam à disseminação de práticas inclusivas e acessíveis no ensino superior.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Facilitação de Aprendizagem. Ensino Superior. Extensão.

Abstract

Learning Facilitation is a practice that aims to reduce or eliminate accessibility barriers that students face with disabilities in higher education. Such barriers hinder their learning and the complete development of their abilities and skills in the university environment. In the present work, we intend to report the strategies used by a learning facilitator, a volunteer student of the extension project "Education, Disability and Facilitation of Learning", aiming at the accessibility of a student with visual

¹ Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - mylena.pacheco.sant@ufrj.br;

² Técnica em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - luizateles.psi@gmail.com.



impairment at the Federal University from Rio de Janeiro. In addition, it has the intention to highlight the main results obtained through the actions developed between the student and the learning facilitator, during the 2021 school year. It is an experience report in which the activities were carried out remotely. They are, therefore, actions aimed at the dissemination of inclusive and accessible practices in higher education.

Keywords: Accessibility. Inclusion. Learning Facilitation. Higher Education. Extension.

1 Introdução

O modelo social de deficiência, difundido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2006, determina que “a deficiência não está na pessoa como um problema a ser curado, e sim na sociedade que pode, por meio das barreiras que são impostas às pessoas, agravar uma determinada limitação funcional.” (ARAÚJO, 2017). Dessa forma, de acordo com a mesma Convenção:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ONU, 2006).

O modelo social, citado anteriormente, se contrapõe ao modelo médico de deficiência, o qual percebe a pessoa com deficiência como portadora de uma patologia ou lesão que prejudica sua qualidade de vida. Portanto, “É um modelo de deficiência que busca um ‘padrão de normalidade’, de funcionamento físico, intelectual e sensorial. [...] indica que a pessoa com deficiência será dependente enquanto se busca a cura”. (AUGUSTIN, 2012, p. 2-3).

Acerca dos obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de inclusão (LBI), de 2015 – baseada na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, define, em seu Art. 3º, que as barreiras de acessibilidade são:



Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]. (BRASIL, 2015).

Para enfrentar tais barreiras, as universidades necessitam criar e desenvolver recursos que promovam o seu enfrentamento, como será evidenciado a seguir.

A importância do desenvolvimento de ações que promovam a redução ou eliminação das barreiras de acessibilidade nas universidades está diretamente relacionada à mudança de perfil do seu público, em especial no corpo discente.

O ano de 2016 foi marcado por uma importante conquista com a promulgação da Lei 13.409/2016, que alterou a legislação acerca das cotas no ensino superior federal, acrescentando, finalmente, as pessoas com deficiência³. Já no contexto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a instituição passou a receber estudantes com deficiência por meio de ações afirmativas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a partir do segundo semestre de 2017.

Tal política de cotas tem promovido, nos últimos anos, uma importante transformação do público das universidades – com destaque ao corpo discente, que atualmente apresenta muito mais diversidade com relação a gênero, raça, classe, dentre outros marcadores, apresentando, com isso, diferentes tipos de necessidades, como aquelas relacionadas à acessibilidade. Portanto, o desenvolvimento de ações, como a que será apresentada a seguir, é de fundamental importância.

Dessa forma, a partir do exposto, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência de uma discente voluntária do projeto de extensão Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem, no qual atua como facilitadora de aprendizagem, bem como apresentar as estratégias utilizadas para a acessibilidade de uma discente com deficiência visual da UFRJ.

³ Os estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas, já eram anteriormente contemplados, através da Lei 12.711, de 2012.



2 Desenvolvimento

2.1 A Facilitação de Aprendizagem

A UFRJ criou, a partir de 2019, uma ação denominada “Facilitação de Aprendizagem”, cujo principal objetivo é a redução ou eliminação de barreiras que são enfrentadas pelos estudantes com deficiência durante sua trajetória acadêmica na universidade. Tais barreiras prejudicam, e até mesmo impedem, o seu processo de aprendizagem e o pleno desenvolvimento de suas habilidades e capacidades.

Tal ação tem como uma de suas inspirações a definição de “facilitador” trazida pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Doença (CIF) – criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2001. Neste documento, os facilitadores são definidos como:

Facilitadores são fatores ambientais que, por meio da sua ausência ou presença, melhoram a funcionalidade e reduzem a incapacidade de uma pessoa. Esses incluem aspectos como um ambiente físico acessível, disponibilidade de tecnologia de assistência apropriada, atitudes positivas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas políticos que visam aumentar o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida [...]. (OMS, 2008).

Dessa forma, o papel do facilitador de aprendizagem se refere ao planejamento e realização de ações e estratégias que visem ao enfrentamento das barreiras de acessibilidade enfrentadas pelos estudantes com deficiência no ambiente universitário. Sendo assim, os estudantes que atuam como facilitadores de aprendizagem são agentes promotores de práticas acessíveis e, portanto, inclusivas.

Além disso, é importante pontuar que todas as ações desenvolvidas pelo facilitador de aprendizagem são individuais e adaptáveis para cada estudante, além de serem realizadas em conjunto e pleno diálogo com o estudante com deficiência, característica que promove a produção de sua autonomia.



Em vista disso, é possível afirmar que as ações desenvolvidas através da prática da Facilitação de Aprendizagem, no contexto do ensino superior, promovem a acessibilidade e inclusão de discentes com deficiência no ambiente universitário, além de disseminar o pensamento e a prática da inclusão por toda a comunidade acadêmica.

Atualmente há, na UFRJ, dois caminhos possíveis para se atuar como facilitador de aprendizagem. O primeiro é por meio do edital de seleção promovido pela Diretoria de Acessibilidade da UFRJ, vinculada diretamente ao gabinete da reitoria. Através disso, são selecionados para atuarem como facilitadores de aprendizagem estudantes de diversos cursos de graduação e pós-graduação, com direito a bolsa-auxílio.

O segundo meio, foco deste artigo, ocorre por meio da participação de estudantes de graduação como extensionistas no projeto de extensão “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”, que será detalhado a seguir.

2.2 O projeto “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”

O projeto “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”, oferecido pela UFRJ, visa a conceder aos estudantes universitários conhecimentos práticos e teóricos acerca da facilitação de aprendizagem, além contribuir para a permanência dos estudantes com deficiência na universidade e de disseminar a prática da acessibilidade e o pensamento incluso por todo o ambiente universitário.

A facilitação de aprendizagem pode ser realizada por um discente, com ou sem deficiência, junto a outro discente com deficiência. Dessa forma, durante a realização das atividades, os estudantes facilitadores são acompanhados pela equipe técnica e docente do projeto, que cumpre o papel de orientar e conceder conhecimentos práticos e teóricos aos discentes, objetivando a prática mais adequada da facilitação de aprendizagem.

Atualmente, o projeto possui um total de 26 estudantes extensionistas, dos quais dez atuam como facilitadores. Ademais, a extensão conta com as parcerias



externas dos cursos de Psicologia, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Direito, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A seguir, o logotipo utilizado pelo projeto de extensão:

Figura 1 - Logotipo do projeto de extensão Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem.



Fonte: <https://projtofacilita.wordpress.com/about/> (2020)

2.3 Estratégias desenvolvidas

As estratégias e atividades desenvolvidas na prática da Facilitação de Aprendizagem, selecionadas para este artigo, foram realizadas entre uma discente, extensionista do projeto “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”, e uma discente com deficiência visual, ambas da UFRJ. Todas as ações foram executadas com o apoio e orientação da equipe técnica e docente do projeto de extensão⁴. Além disso, é importante destacar que as estratégias desenvolvidas entre a discente e a facilitadora de aprendizagem foram realizadas através de constante diálogo, parceria e troca de saberes e experiências entre ambas.

⁴ A equipe técnica do projeto é composta por dois técnicos em assuntos educacionais da UFRJ e dois docentes, sendo uma do curso de Psicologia da UFF e um da UFRRJ.



Devido à pandemia de Covid-19, todas as atividades, desenvolvidas durante o ano letivo de 2021, foram realizadas remotamente, através da comunicação por mensagens de texto, áudio e chamadas de voz pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, e por meio de videochamadas, através das plataformas Google Meet e Zoom. Com isso, as principais atividades realizadas entre a facilitadora de aprendizagem e a discente com deficiência visual serão especificadas a seguir.

2.3.1 Descrição de conteúdos visuais e audiovisuais

A atividade consiste em descrever os conteúdos visuais através do detalhamento de elementos visuais estáticos presentes nos conteúdos que apresentavam algum tipo de recurso visual e que possam ter sido utilizados tanto em aula como em materiais disponibilizados pelas disciplinas e em avaliações.

Também foi realizada a descrição de longas e curtas metragens, que não forneciam como opção a tecnologia assistiva da audiodescrição⁵, para a realização de atividades avaliativas da discente. Dessa forma, foram descritos contextos, cenários, características físicas, expressões faciais, entre outros elementos importantes para a compreensão da discente acerca do contexto e espaço retratados.

2.3.2 Acompanhamento em aula durante o período de ensino remoto

Durante o acompanhamento da discente em suas aulas remotas, foi realizada a descrição de materiais de apoio visuais, como imagens presentes em slides e vídeos utilizados pelos docentes. A atividade ocorria por meio de chamada de voz, através do aplicativo WhatsApp, durante o momento da aula. Através disso, foram descritos os conteúdos visuais e audiovisuais utilizados pelos docentes.

⁵ A audiodescrição é um recurso de acessibilidade no qual uma pessoa é responsável por traduzir imagens em palavras. Dessa forma, as pessoas cegas ou com baixa visão conseguem se apropriar dos conteúdos, sejam eles conteúdos estáticos ou audiovisuais.



2.3.3 Leitura de textos

A leitura de textos foi realizada por meio de chamadas de voz, pelo aplicativo WhatsApp, onde a facilitadora de aprendizagem lia o conteúdo do texto, em voz alta, com velocidade e altura apropriadas para plena compreensão.

A realização de leitura de textos para pessoas com deficiência visual é uma prática relevante devido ao fato de que nem todos os textos os quais os estudantes cegos ou de baixa visão precisam ter acesso são necessariamente acessíveis. Um exemplo é o PDF em formato de imagem, que não é acessível às pessoas com deficiência visual.

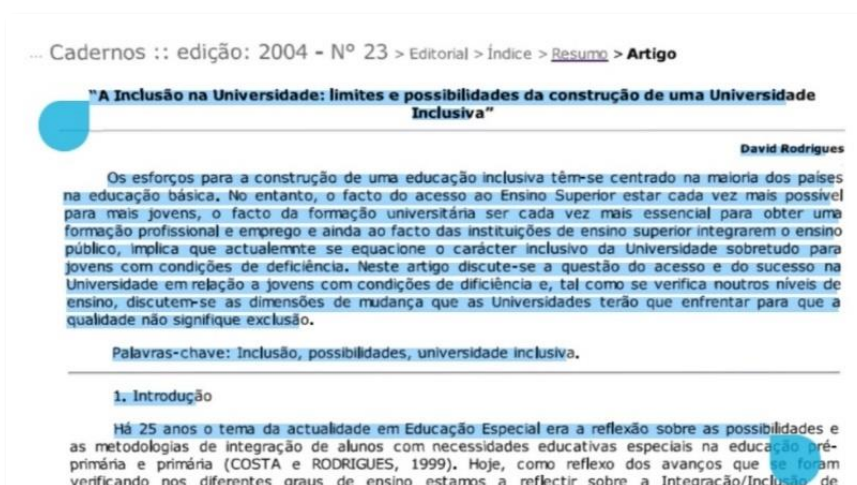
Uma forma simples de verificar se o arquivo em PDF está acessível aos leitores de tela é tentar realizar a seleção de alguma parte do texto. Quando isso não é possível, temos a indicação de que o arquivo não poderá ser lido por leitores de tela, sendo, portanto, um material não acessível.

Caso seja possível a seleção de qualquer parte do texto em PDF, como demonstra a figura 2, temos a indicação de que o arquivo pode estar acessível para usuários com deficiência visual⁶.

⁶ Para conferir a acessibilidade ou não acessibilidade de um material, é necessária a realização de teste por meio de um programa ou aplicativo que seja um leitor de tela. Trataremos sobre essa tecnologia assistiva mais à frente.



Figura 2 – Captura de tela de artigo científico em formato PDF acessível, com o texto grifado.



Fonte: As autoras (2022).

Por outro lado, é importante destacar que a própria universidade, enquanto espaço adaptado – e não verdadeiramente acessível, impõe barreiras de acessibilidade aos estudantes com deficiência.

A partir da experiência obtida através da facilitação de aprendizagem, foi possível notar a não predominância de realização de práticas e estratégias acessíveis e inclusivas por parte de alguns docentes da instituição. Dessa forma, os alunos com deficiência, sem acesso a textos acessíveis, correm o risco de ter suas trajetórias acadêmicas afetadas, visto que a ausência de acessibilidade não é uma situação pontual, e sim uma realidade possível de ocorrer ao longo de toda sua graduação.

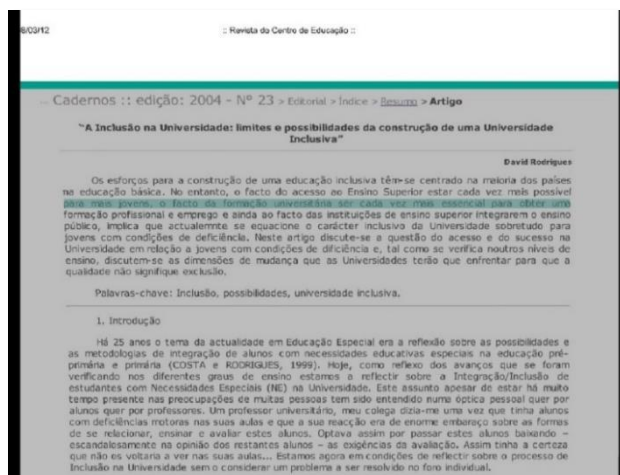
2.3.4 Adaptação de textos

A adaptação de textos foi realizada através do aplicativo *Text Fairy*, que tem a função de converter textos em forma de imagem, não acessíveis aos leitores de tela – softwares que capturam todas as informações na forma de texto e as transforma em fala, através de sintetizadores de voz – em textos acessíveis de serem lidos pelos leitores, através da identificação das palavras presentes na imagem. Dessa forma, a facilitadora realizava *prints* (capturas de tela) das páginas dos textos – que estavam em



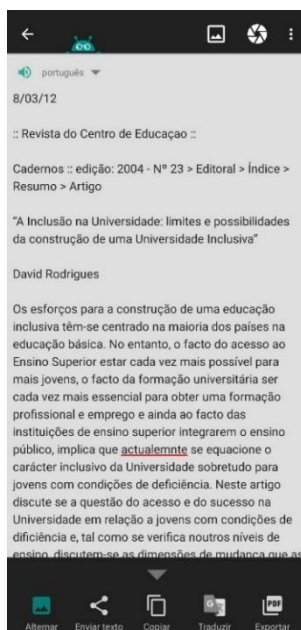
PDF em formato de imagem, através de seu celular, e os convertia, através do aplicativo, em formato de texto acessível, possibilitando a leitura autônoma da discente, como demonstram as figuras 3 e 4.

Figura 3 – Captura de tela do aplicativo *Text Fairy* realizando a identificação do texto em formato imagem e convertendo-o em formato acessível.



Fonte: As autoras (2022).

Figura 4 – Captura de tela do aplicativo *Text Fairy* ilustrando a conversão final para formato de texto acessível.



Fonte: As autoras (2022).



2.3.5 Formatação de trabalhos acadêmicos nas normas da ABNT

Nessa atividade, a discente com deficiência visual enviava o seu trabalho escrito finalizado, em formato *Word*, para a facilitadora, através do *Gmail*. Dessa forma, a facilitadora de aprendizagem realizava a formatação do documento, seguindo todas as normas determinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou as solicitações de formatação de cada docente.

3 Resultados

Ao final do período de acompanhamento da discente, foi possível notar que as ações desenvolvidas trouxeram diversas mudanças e impactos positivos ao seu desenvolvimento acadêmico. Dessa forma, é possível afirmar que a Facilitação de Aprendizagem gerou à discente: ampliação do acesso aos conteúdos visuais e textos das disciplinas; maior participação e interação com discentes e docentes durante as aulas remotas; possibilidade de realização de atividades acadêmicas que envolviam a utilização de conteúdos audiovisuais; melhor atendimento de demandas específicas de acessibilidade através da comunicação realizada entre o/a docente, a discente e a facilitadora; melhor desenvoltura acerca das especificidades do ensino remoto, como o acesso mais facilitado aos links de aulas remotas e a melhor utilização do AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, no que diz respeito à interação entre docente e discente, ao acesso à plataforma e postagem de conteúdos.

4 Conclusão

Através das práticas realizadas por meio da Facilitação de Aprendizagem, no contexto da UFRJ, foi possível dar continuidade ao processo de construção e implementação de práticas que objetivam a acessibilidade e inclusão de discentes com deficiência no ambiente universitário. Assim, adentrar as questões de acessibilidade e



inclusão de pessoas com deficiência permite que outras realidades, presentes tanto no ambiente acadêmico como na própria sociedade, sejam visibilizadas.

Para a facilitadora de aprendizagem, a participação no projeto de extensão e o contato com a temática da inclusão, assim como todas as atividades desenvolvidas ao longo do período analisado, impactaram profunda e positivamente sua formação acadêmica. Após a experiência, a facilitadora se encontra mais engajada a pensar questões relacionadas à inclusão, à acessibilidade e ao acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior e na universidade pública.

É importante ressaltar ainda que, apesar de todos os esforços voltados para a disseminação e implementação de um pensamento coletivo inclusivo, em todos os espaços e atividades acadêmicas universitárias, ainda não é possível afirmar que nos encontramos no cenário ideal. Contudo, é possível afirmar que, através da promoção de ações que visem ao estímulo de práticas inclusivas, como a Facilitação de Aprendizagem, juntamente com a mobilização de todo o corpo social da universidade, será possível atingir uma realidade em que práticas acessíveis serão parte integrante da universidade, e não somente um tipo de adaptação.

Referências

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Direito das pessoas com deficiência. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**, São Paulo, 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/51/edicao-1/direito-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

AUGUSTIN, Ingrid. Modelos de deficiência e suas implicações na educação Inclusiva. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1427/655>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Lei Federal 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da]**



República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jul. de 2015. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.
Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 ago. de 2009. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.
Acesso em: 10 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Trad. do Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: EDUSP, 2008. Disponível em:
<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf?sequence=111>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PROJETO EDUCAÇÃO, DEFICIÊNCIA E FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM. Projeto Facilita, 2020. Quem somos. Disponível em:
<<https://projetoFacilita.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 11 de mai. de 2022.